

Iniciativa Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes

Seminário sobre Deslocamentos Compulsórios

Brasília, 20 de junho de 2018

O **Seminário sobre Deslocamentos Compulsórios** integra o processo de construção de **Diretrizes para Grandes Obras na Amazônia** e foi planejado com objetivo de debater e aprofundar conteúdos específicos e prioritários sobre os desafios que perpassam os processos de deslocamentos compulsórios no país, além da ampliação da mobilização para participação no processo de elaboração de diretrizes. A governança dos deslocamentos, com intensa participação social; a necessidade premente de proteção integral dos direitos dos atingidos; e a importância de atualização da legislação vigente, e mesmo formulação de novas normativas que auxiliem os procedimentos relativos aos deslocamentos, foram identificados como temas nodais que orientaram o debate.

Realizado em Brasília, na sede do IBAMA, com a presença de quase 90 pessoas, o seminário contou com o apoio da Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA e da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades. No público estavam presentes pesquisadores, representantes do setor público, agentes financiadores, consultorias especializadas na temática, empresas, e representantes de atingidos por processos de deslocamento. Organizado em três mesas, o Seminário encaminhou, a partir das perspectivas de diferentes atores, os debates sobre as questões mencionadas.

Mesa 01 - Governança dos deslocamentos compulsórios: planejamento e tomada de decisão compartilhada

Os debates tiveram início com a conferência da **Professora Dulce Maria Pereira**, da Universidade Federal de Ouro Preto, que abordou a centralidade dos atingidos no processo de planejamento e execução dos deslocamentos compulsórios. Pontuando as disputas entre setores e interesses das partes envolvidas, a professora trouxe à tona o risco de invisibilização das pessoas atingidas que, em geral, são vistas como problema ou entrave aos processos de deslocamentos, e não

contam com garantias básicas de participação nos espaços de tomada de decisão, tão pouco no planejamento. Com relação à amplitude dos impactos e danos que recaem sobre os atingidos, que extrapolam as dimensões físicas e pecuniárias, a professora agregou ao o debate a importância em observar a complexidade das relações dos grupos sociais com seus territórios. Neste sentido, foram mencionados deslocamentos econômicos, perdas imateriais, coletivas, necessidade de compensar impactos à memória das comunidades, dentre outros aspectos, reiterando a importância do envolvimento dos atingidos para efetividade e eficácia dos processos de deslocamento.

Em seguida tomou a palavra o **Sr. Konrad Huber**, da Consultoria Ambiental ERM, que trouxe ao debate questões práticas dos processos de deslocamento. A complexidade na interlocução com distintos órgãos federais sobre temas que não contam com um marco regulatório preciso, a exemplo dos deslocamentos compulsórios, sendo que há ampla normatização no contexto internacional, foi mencionada. O conferencista trouxe ainda os limites do processo de licenciamento ambiental, mencionando, por exemplo, os diversos recortes utilizados nos empreendimentos como área diretamente afetada (ADA) e as particularidades em relação a estes padrões que, por vezes, deixam desassistidas famílias que também podem ser vistas como diretamente atingidas, uma vez que sofrem impactos e alterações em suas condições e modos de vida.

Por fim, o representante do Ibama, **Sr. Henrique Marques Silva**, abordou os limites do licenciamento ambiental na resposta a todas as demandas que envolvem deslocamentos compulsórios. Henrique apontou desafios da participação das famílias atingidas no âmbito das consultas públicas que compõem o processo de licenciamento, bem como a complexidade de fiscalização dos procedimentos previstos no Projeto Básico Ambiental, em especial os tratamentos previstos. Reforçou também a importância do fortalecimento dos mecanismos existentes no licenciamento, e da ampliação de possibilidades de arranjos para efetividade dos processos.

Mesa 02: Proteção Integral de Direitos Humanos: como avançar?

A representante do Ministério dos Direitos Humanos, **Sra. Akemi Kamimura**, Diretora de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Cidadania, abordou a temática a partir da perspectiva de tratados internacionais, destacando as obrigações dos governos e empresas na construção dessas garantias. Mencionou como referência importante o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais, ratificado pelo Brasil em 1992, por reafirmar direitos e orientar sua proteção. O artigo 12 do pacto recebe dois comentários importantes que ampliam o entendimento sobre moradia adequada e deslocamentos forçados, devendo ser observados na construção das diretrizes. Akemi mencionou ainda alguns princípios orientadores da reparação, dentre os quais a garantia de que as violações não se repitam ressoa como premissa aos processos de deslocamento compulsórios da população.

Em seguida, a **Sra. Gracinda Magalhães**, que atua no Conselho Municipal de Saúde de Altamira/PA, é coordenadora da Câmara Técnica de Saúde do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu e foi atingida pela usina hidrelétrica de Belo Monte, compartilhou com os presentes informações sobre o processo de deslocamento compulsório realizado no entorno da UHE. Abordou a ausência de participação dos atingidos no processo de planejamento dos reassentamentos e do Estado na mediação das negociações entre atingidos e empreendedores, destacando ainda a falta de infraestrutura para serviços básicos nos reassentamentos construídos pelo empreendedor. Trouxe também informações sobre o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, apontando desafios no campo da gestão democrática.

Por sua vez, o pesquisador do Observatório das Remoções da USP/UFABC, **Sr. Aluizio Marino**, apresentou informações gerais sobre processos de remoção de famílias na região metropolitana de São Paulo e de reassentamentos realizados, apontando para a invisibilização das famílias e do déficit habitacional na metrópole. O pesquisador também demonstrou violações dos direitos das famílias, e a sistemática presença de processos violentos nas remoções. Ao final,

no momento do debate, indicou alguns preceitos sobre moradia adequada, entendendo-a em sua amplitude, de forma a considerar todo o território usado pelas famílias, extrapolando os limites das habitações.

Fechando a segunda mesa de debate, o **Sr. Francisco Nóbrega**, Defensor Público da União e integrante da Comissão Nacional de Direitos Humanos, trouxe as principais violações de direitos humanos no contexto da implantação de hidrelétricas, registradas em relatório do Conselho Nacional de Direitos Humanos a partir de investigações finalizadas em 2010 sobre a UHE Canabrava, UHE Tucuruí, UHE Aimorés, UHE Foz do Chapecó, PCH Fumaça, PCH Emboque e Barragem de Acauã. Remarcando a atualidade do documento, o defensor trouxe alguns exemplos de violações ocorridas no âmbito da UHE Belo Monte bem como no desastre do Rio Doce. No debate, reforçou a compreensão que a reparação dos danos sofridos pelas famílias atingidas pode ser irreparável, sendo premissa fundamental evitar os deslocamentos através de ajustes aos projetos técnicos, consideração da possibilidade de alternativas locais e mesmo o questionamento da viabilidade de algumas obras diante da amplitude de deslocamentos que possam causar.

Mesa 03: Regulamentação dos processos de deslocamentos compulsórios: experiências e caminhos possíveis.

Iniciando os trabalhos desta mesa, a Diretora do Departamento de Melhoria Habitacional da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, **Sra. Mirna Chaves**, abordou a construção dos normativos relacionados aos deslocamentos compulsórios no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Habitacional, pontuando a necessidade de uma melhor instrução normativa que assegure padrões e procedimentos no âmbito das políticas públicas que interagem com deslocamentos de pessoas. Como exemplo, citou a Portaria do Ministério das Cidades nº 317/2013 que dispõe sobre casos de deslocamentos de famílias de seu local de moradia ou de exercício de suas atividades econômicas, provocados pela execução de programa e ações sob gestão do Ministério.

A representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), **Sra. Daniela Baccas**, Chefe do Departamento Socioambiental, delineou a trajetória do Banco na construção de salvaguardas e as implicações de uma normatização para o setor financeiro.

Encerrando a última mesa do seminário, o Sr. **Daniel Roquetti**, Pesquisador do Instituto de Energia e Ambiente (IEE – USP), destacou os limites do mandato do licenciamento ambiental nos deslocamentos compulsórios e as possíveis limitações que uma ação normativa poderia conferir aos processos, tendo em vista a possibilidade de burocratização dos procedimentos.

Destaques

A preparação e realização do seminário conferiu importante etapa de articulação com instituições federais, em especial com o Ibama e Ministério das Cidades, apoiadores da iniciativa, bem como BNDES e Defensoria Pública da União.

Sobre a participação dos conferencistas convidados, avalia-se que as mesas contribuíram efetivamente com o alcance dos objetivos. As contribuições e debates foram bastante direcionadas e focados, abordando a temática a partir de distintas visões, abrangendo pontos de vista da academia, setor privado, instituições públicas, bancos e sociedade civil.

O público presente, bastante diversificado, participou ativamente com perguntas direcionadas aos conferencistas, repercutindo com avaliações positivas em relação à iniciativa.

Sobre a iniciativa

O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces) e a International Finance Corporation (IFC) partem da convicção de que é possível aprimorar a trajetória de instalação e operação grandes empreendimentos na Amazônia. Com base em um amplo diálogo, no qual já se engajaram mais de 130

organizações, de diversos setores, a iniciativa busca consolidar aprendizados e propor diretrizes orientadas pela promoção do desenvolvimento local.

Em março de 2017 foi lançado um conjunto de diretrizes sobre os temas: Planejamento e Ordenamento Territorial; Instrumentos Financeiros; Crianças, Adolescentes e Mulheres; Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas; Capacidades Institucionais, e; Supressão Vegetal Autorizada.

A segunda etapa do projeto conta com esforço de difusão, implementação e internacionalização das diretrizes já construídas, bem como construção do GT-Deslocamentos Compulsórios, para elaboração de diretrizes específicas para este tema. A contínua articulação institucional e promoção de diálogo almejam que todo o processo possa inspirar aprimoramento das práticas empresariais, bem como das políticas públicas, e fortalecer o debate pela sociedade civil.

Quer participar?

Saiba mais: <http://diretrizes-grandesobras.gvces.com.br>